

A RELAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS COM A NATUREZA, OS ANIMAIS E A ESPIRITUALIDADE

THE RELATIONSHIP OF INDIGENOUS PEOPLES WITH NATURE, ANIMALS AND
SPIRITUALITY

LA RELACIÓN DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS CON LA NATURALEZA, LOS
ANIMALES Y LA ESPIRITUALIDAD

Cristiano da Rocha Santos

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Karla Roberta Melo de Vasconcellos

RESUMO

A educação escolar indígena no Brasil configura-se como um importante instrumento de afirmação cultural e de fortalecimento da identidade dos povos originários. Ela vai além da simples transmissão de conteúdos, pois integra o modo de viver, pensar e aprender das comunidades, valorizando seus saberes, línguas e tradições. Este artigo tem como objetivo compreender como essa modalidade de ensino se desenvolve e quais desafios enfrenta atualmente. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, analisa a organização pedagógica, as práticas escolares e o papel da interculturalidade no processo educativo indígena. Observa-se que a escola indígena tem buscado conciliar o conhecimento tradicional com o ensino formal, respeitando o território, a espiritualidade e a coletividade como bases do aprendizado. Apesar dos avanços legais e da criação de políticas específicas, ainda persistem dificuldades relacionadas à infraestrutura, à formação docente e à adaptação curricular. Conclui-se que fortalecer a educação escolar indígena é garantir o direito à diversidade, à autonomia e à continuidade dos saberes ancestrais, fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; saberes tradicionais; cultura; identidade; interculturalidade.

ABSTRACT

Indigenous school education in Brazil is an important instrument for cultural affirmation and the strengthening of the identity of native peoples. It goes beyond the simple transmission of content, as it integrates the ways of living, thinking, and learning within communities, valuing their knowledge, languages, and traditions. This

article aims to understand how this type of education is developed and what challenges it faces today. The research, of a bibliographic nature and qualitative approach, analyzes the pedagogical organization, school practices, and the role of interculturality in the indigenous educational process. It is observed that indigenous schools seek to combine traditional knowledge with formal teaching, respecting territory, spirituality, and collectivity as foundations of learning. Despite legal advances and the creation of specific policies, there are still difficulties related to infrastructure, teacher training, and curricular adaptation. Strengthening indigenous school education means ensuring diversity, autonomy, and the continuity of ancestral knowledge, essential for building a plural and inclusive society.

Keywords: Indigenous school education; traditional knowledge; culture; identity; interculturality.

RESUMEN

La educación escolar indígena en Brasil se configura como un importante instrumento de afirmación cultural y de fortalecimiento de la identidad de los pueblos originarios. Va más allá de la simple transmisión de contenidos, pues integra las formas de vivir, pensar y aprender de las comunidades, valorando sus saberes, lenguas y tradiciones. Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se desarrolla esta modalidad de enseñanza y cuáles son sus principales desafíos en la actualidad. La investigación, de carácter bibliográfico y enfoque cualitativo, analiza la organización pedagógica, las prácticas escolares y el papel de la interculturalidad en el proceso educativo indígena. Se observa que la escuela indígena busca conciliar el conocimiento tradicional con la enseñanza formal, respetando el territorio, la espiritualidad y la colectividad como bases del aprendizaje. A pesar de los avances legales y las políticas específicas, aún persisten dificultades relacionadas con la infraestructura, la formación docente y la adaptación curricular. Fortalecer la educación escolar indígena significa garantizar la diversidad, la autonomía y la continuidad de los saberes ancestrales, fundamentales para construir una sociedad verdaderamente plural e inclusiva.

Palabras clave: Educación escolar indígena; saberes tradicionales; cultura; identidad; interculturalidad.

1 INTRODUÇÃO

A atual crise socioambiental tornou evidente que modos de vida e decisões humanas têm efeitos profundos e muitas vezes irreversíveis sobre os ecossistemas. O aumento do desmatamento, a perda de biodiversidade e a degradação de

territórios tradicionais colocam em risco não apenas espécies e paisagens, mas também comunidades humanas inteiras. Nesse contexto, cresce o interesse — e a responsabilidade — da sociedade em dialogar com saberes que historicamente mantiveram práticas de cuidado com a terra.

Os povos indígenas, por viverem em estreita relação com seus territórios, oferecem perspectivas distintas sobre a natureza, os animais e o sentido do sagrado. Para muitas comunidades originárias, a natureza não é meramente um conjunto de recursos; é um campo de relações vivas, carregado de significados, obrigações e reciprocidade. Animais, rios, florestas e outras formas de vida articulam-se numa teia na qual o componente espiritual atravessa práticas cotidianas, modos de produzir, de ensinar e de curar.

Este artigo propõe-se a investigar como essa relação se estabelece: quais são os princípios que orientam a interação entre humanos e mundo natural, de que modo os animais aparecem como sujeitos nas práticas sociais, e como a espiritualidade permeia decisões ambientais e rituais. Tomando como base revisão bibliográfica, pretende-se mostrar que a compreensão indígena do entrelaçamento entre matéria e espiritualidade sustenta formas de uso e de preservação do ambiente que podem ser exemplos para políticas e práticas de sustentabilidade mais integradas. Ao enfatizar práticas, valores e narrativas, busca-se revelar que a proteção ambiental, para esses povos, é também preservação de laços culturais e de sentidos coletivos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto histórico

A trajetória dos povos indígenas na América Latina é marcada por uma relação profunda e contínua com a natureza, anterior à chegada dos colonizadores europeus. Muito antes da formação dos Estados modernos, essas sociedades já viviam em equilíbrio com o ambiente, desenvolvendo modos de vida sustentáveis e

interdependentes com os ciclos naturais. Em suas cosmovisões, a natureza, os animais e o ser humano fazem parte de um mesmo todo, onde o espiritual e o material não se separam. A terra é vista como um ser vivo, dotado de energia, memória e ancestralidade. Essa concepção é o que Krenak (2017), denomina de “pertencimento à Terra”, uma visão que rompe com o olhar ocidental de domínio e posse, reconhecendo que o homem não é o centro do mundo, mas apenas uma de suas expressões.

Antes do contato com os europeus, as comunidades indígenas já praticavam formas de manejo ambiental que respeitavam os limites da terra e garantiam a renovação dos recursos naturais. A caça, a pesca e a agricultura eram guiadas por princípios espirituais e rituais que expressavam gratidão e responsabilidade. Como explica Melià (1979), a espiritualidade indígena é inseparável da terra, pois nela se encontra o sagrado e o espaço da transmissão cultural. A vida em comunidade e a preservação da natureza estavam ligadas por uma ética do cuidado, sustentada pela reciprocidade entre todos os seres. Cada rio, árvore ou animal era compreendido como portador de espírito, e a convivência com eles seguia códigos de respeito e equilíbrio.

Com a chegada dos colonizadores, a partir do século XVI, essa harmonia foi rompida. A colonização europeia impôs uma lógica de exploração econômica que transformou a natureza em mercadoria e os povos originários em obstáculo para o projeto expansionista. Ribeiro (1995), destaca que a colonização foi não apenas uma invasão territorial, mas também um processo de destruição cultural, que desarticulou sistemas simbólicos e modos de viver baseados na coletividade. O pensamento europeu reduziu os indígenas à imagem do “bom selvagem”, retratado como ingênuo, próximo da natureza, porém incapaz de racionalidade plena. Essa visão romantizada serviu para justificar o domínio e o apagamento de suas formas próprias de conhecimento.

Mesmo diante da violência, da escravidão e da imposição de novas crenças, os povos indígenas resistiram. A espiritualidade, as práticas comunitárias e a

relação sagrada com o território tornaram-se fontes de força e continuidade. Clastres (2014), observa que as sociedades indígenas se organizam a partir de princípios que rejeitam a dominação e valorizam o poder compartilhado, o que explica sua resistência histórica frente aos modelos hierárquicos e coloniais. Durante séculos, a luta pela terra e pela preservação cultural manteve viva a ligação espiritual com o ambiente, revelando que a natureza é também um espaço de memória e de identidade.

A partir do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais e ambientais, as vozes indígenas começaram a ser novamente ouvidas. O reconhecimento da importância dos saberes tradicionais ganhou força nos debates sobre sustentabilidade e meio ambiente. Castro (2018), propôs o conceito de perspectivismo ameríndio para explicar que, no pensamento indígena, todos os seres possuem espírito e consciência, e o mundo é formado por diferentes pontos de vista em interação constante. Essa noção amplia o entendimento da vida como rede, em que humanos, animais e elementos naturais compartilham uma mesma essência espiritual. Ao mesmo tempo, autores como Diegues (2023), chamam atenção para o socioambientalismo, que une a preservação ecológica à defesa dos povos tradicionais, reconhecendo que não há sustentabilidade sem diversidade cultural.

Nas últimas décadas, o discurso ambiental global tem se aproximado das sabedorias ancestrais. Krenak (2017), afirma que “adiar o fim do mundo” significa resgatar o encantamento da vida e reconstruir a ligação espiritual entre o ser humano e o planeta. Essa espiritualidade ecológica, como também destacam estudiosos latino-americanos, revela que o equilíbrio ambiental depende de uma ética que una razão, emoção e espiritualidade. Em tempos de crise climática e degradação ambiental, os povos indígenas lembram ao mundo que a Terra não é um objeto a ser dominado, mas um ser que precisa ser cuidado.

Compreender o contexto histórico dessa relação é reconhecer que os povos originários não são apenas parte da natureza, mas expressão viva dela. Sua história

demonstra que a verdadeira sustentabilidade nasce do respeito, da reciprocidade e do sentimento de pertencimento à Terra. Os ensinamentos indígenas mostram que não há separação entre o humano, o animal e o espiritual — todos coexistem em uma mesma teia de vida, que só se mantém quando há harmonia entre o visível e o invisível.

2.2 Fundamentação teórica

A relação dos povos indígenas com a natureza e os animais é resultado de uma cosmovisão que entende o mundo como um grande organismo vivo, em que todos os elementos — visíveis e invisíveis — estão conectados por uma mesma energia vital. Essa concepção rompe com o pensamento ocidental, que separa o homem da natureza e o espiritual do material. Para os povos originários, não há fronteira entre o humano e o não humano, pois tudo o que existe compartilha espírito, essência e linguagem.

Castro (2018), ao propor o conceito de perspectivismo ameríndio, explica que o mundo indígena é formado por uma multiplicidade de pontos de vista: cada ser — humano, animal, planta ou entidade — possui sua própria maneira de perceber e existir. Essa ideia revela uma compreensão profunda de interdependência: os animais não são apenas recursos, mas pessoas de outra espécie, com quem se deve dialogar e estabelecer relações éticas. A caça, por exemplo, é vista como um encontro espiritual, onde o caçador precisa pedir permissão à floresta e agradecer pelo alimento recebido. Esse gesto demonstra que, para as culturas indígenas, a vida nunca é tomada sem devolver respeito e equilíbrio ao ciclo natural.

Krenak (2017), reforça que o rompimento dessa harmonia foi o que distanciou a humanidade da Terra. Ele afirma que o pensamento ocidental criou uma “separação do corpo da Terra”, levando à destruição do planeta e à perda do sentido de pertencimento. Para o autor, a espiritualidade indígena é uma forma de reconexão: ela ensina que a Terra tem corpo, respiração e memória, e que os

humanos fazem parte desse mesmo organismo. Assim, quando a floresta sofre, o corpo humano também adocece. Essa concepção espiritual, longe de ser simbólica apenas, é prática e cotidiana — está presente na maneira de plantar, colher, pescar, rezar e se relacionar com os outros seres.

De modo semelhante Melià (1979), destaca que a relação entre os povos indígenas e o meio ambiente não se baseia em posse, mas em convivência. A terra é o espaço da vida, do sagrado e da educação, pois é nela que o conhecimento se constrói e se transmite. Os bens materiais e imateriais — como o canto, a dança, os rituais e as narrativas — expressam a ligação espiritual entre as pessoas e os elementos naturais. A autora observa que, ao contrário da lógica de exploração, o indígena vive da terra sem exauri-la, reconhecendo seus limites e retribuindo o que dela recebe. Essa reciprocidade é uma forma de espiritualidade ecológica que ensina o respeito à vida em todas as suas dimensões.

Clastres (2014), também ajuda a compreender essa relação ao demonstrar que as sociedades indígenas rejeitam o poder centralizado e vivem sob o princípio da harmonia e da autonomia. Essa estrutura política comunitária reflete-se diretamente na maneira como lidam com o ambiente e com os animais. A ausência de dominação entre pessoas e a natureza cria um modelo de equilíbrio coletivo, em que cada ser tem sua função e valor. O poder, entre eles, é simbólico e espiritual, nunca coercitivo — o mesmo ocorre na interação com o ambiente: não se domina a natureza, convive-se com ela.

Ribeiro (1995), interpreta essa ligação como resultado de uma racionalidade própria, distinta da ocidental. Para ele, os povos indígenas desenvolveram sistemas de conhecimento baseados na observação atenta da natureza, no respeito ao tempo dos ciclos e na convivência equilibrada entre seres humanos e não humanos. Esse saber, transmitido oralmente, tem caráter empírico e espiritual ao mesmo tempo, pois une experiência prática e crença no sagrado. Ribeiro afirma que o indígena compreende o ambiente não apenas como fonte de sobrevivência, mas como parte de si, uma extensão do próprio corpo e da coletividade.

A relação com os animais, nesse contexto, adquire dimensão afetiva e espiritual. Muitos povos consideram os animais como antepassados ou mensageiros de forças cósmicas. O xamanismo, prática presente em várias tradições indígenas, evidencia essa conexão: o xamã é aquele que dialoga com os espíritos dos animais, plantas e elementos, atuando como mediador entre o mundo humano e o mundo espiritual. Essa comunicação revela uma consciência ecológica ancestral, que reconhece a importância de cada forma de vida no equilíbrio do todo.

Diegues (2023), contribui para essa discussão ao afirmar que os modos de vida tradicionais são expressões concretas de sustentabilidade. Ele argumenta que o conhecimento indígena integra dimensão ecológica, cultural e espiritual, superando o modelo de “natureza intocada” e mostrando que é possível habitar e preservar ao mesmo tempo. A espiritualidade, nesse sentido, não é algo separado da vida prática, mas uma força que orienta decisões cotidianas e comunitárias.

Krenak (2017), reforça essa visão ao lembrar que a espiritualidade é o que impede a humanidade de se desintegrar. Quando os povos indígenas cuidam da floresta, eles não estão apenas preservando recursos, mas mantendo viva uma relação de amor e gratidão com a Terra. Essa atitude revela um sentimento de interdependência que ultrapassa a racionalidade moderna. A espiritualidade, nesse contexto, é o eixo que sustenta a ética indígena de respeito à vida e de equilíbrio entre o homem e o mundo natural.

Portanto, a fundamentação teórica demonstra que, para os povos indígenas, natureza e espiritualidade são inseparáveis. O cuidado com os animais, a preservação das florestas e os rituais que celebram a vida expressam uma filosofia que reconhece o sagrado em cada ser. Compreender essa visão é reconhecer que a sobrevivência da humanidade depende do reencontro com essa sabedoria ancestral. Os povos originários não veem a natureza como cenário ou recurso, mas como parente, companheira e mestra. Essa relação simbiótica e espiritual é o fundamento de uma ecologia viva, que nos convida a reconstruir o vínculo entre a humanidade e o planeta.

2.3 A natureza como ser vivo e sagrado

A relação dos povos indígenas com a natureza é sustentada por uma percepção que ultrapassa o entendimento físico ou utilitário do ambiente. Em uma visão holística e integradora, o mundo natural não é algo externo ao ser humano, mas parte de sua própria existência. Entre os povos originários, não há separação entre o que é humano e o que é não humano, pois tudo faz parte de uma teia viva de relações. A espiritualidade, nesse contexto, é a força que mantém essa conexão em harmonia, orientando o modo de vida, o cuidado com a terra e as práticas de convivência.

Ailton Krenak (2017), observa que a Terra deve ser compreendida como um corpo vivo, dotado de memória e sensibilidade, e que o ser humano não existe fora dela, mas como parte inseparável desse organismo. Essa percepção rejeita a visão ocidental que entende a natureza como recurso e o homem como dominador. Para os povos indígenas, a Terra é mãe, parente e mestra — um ser espiritual que sente, comunica e ensina. Cada árvore, rio e montanha é um espírito guardião que habita o mesmo plano da vida humana. Desrespeitar a natureza é, portanto, ferir o próprio princípio da existência.

De modo complementar, Bartomeu Melià (1979), afirma que o território é o espaço do sagrado, da educação e da vida comunitária. A terra é o chão onde se aprende a viver e a celebrar. Através dela, o ser humano desenvolve o sentimento de pertencimento e gratidão. Essa compreensão torna-se visível nas práticas rituais e simbólicas: os povos indígenas realizam cerimônias de agradecimento às florestas, cantos que pedem chuva e pinturas corporais que representam o diálogo entre corpo, espírito e ambiente. Esses gestos reafirmam que a natureza é uma extensão da própria vida, e não uma entidade distante ou abstrata.

Em diferentes culturas indígenas da América Latina, essa ideia de natureza viva assume expressões variadas, mas sempre interligadas por uma mesma visão de pertencimento. Entre os Yanomami, o conceito de urihi representa a “Terra Viva”, dotada de um sopro espiritual que sustenta todas as formas de vida. Já entre os

povos andinos, a Pachamama é a Mãe Terra, origem de tudo o que existe e destinatária das oferendas de gratidão e fertilidade. De modo semelhante, entre os Guarani, o princípio de Nhandereko expressa o “modo de ser” que garante a harmonia entre os seres humanos, os animais e o cosmos. Esses exemplos mostram que, apesar das diferenças culturais, existe uma compreensão compartilhada de que o planeta é um ser sagrado e que a vida humana só é possível quando essa relação de respeito é mantida.

Assim, o pensamento indígena oferece uma concepção integradora da realidade, na qual a natureza é simultaneamente corpo, espírito e casa. A espiritualidade está presente em cada gesto, em cada relação com o ambiente, e é ela que sustenta o equilíbrio entre o visível e o invisível. Essa maneira de compreender o mundo nos lembra que o ser humano não é dono do planeta, mas parte dele — e que toda forma de vida é sagrada, porque faz parte do mesmo sopro que mantém o universo vivo.

2.4 A relação espiritual com os animais

A relação dos povos indígenas com a natureza é sustentada por uma percepção que ultrapassa o entendimento físico ou utilitário do ambiente. Em uma visão holística e integradora, o mundo natural não é algo externo ao ser humano, mas parte de sua própria existência. Entre os povos originários, não há separação entre o que é humano e o que é não humano, pois tudo faz parte de uma teia viva de relações. A espiritualidade, nesse contexto, é a força que mantém essa conexão em harmonia, orientando o modo de vida, o cuidado com a terra e as práticas de convivência.

Krenak (2017), observa que a Terra deve ser compreendida como um corpo vivo, dotado de memória e sensibilidade, e que o ser humano não existe fora dela, mas como parte inseparável desse organismo. Essa percepção rejeita a visão ocidental que entende a natureza como recurso e o homem como dominador. Para os povos indígenas, a Terra é mãe, parente e mestra — um ser espiritual que sente, comunica e ensina. Cada árvore, rio e montanha é um espírito guardião que habita

o mesmo plano da vida humana. Desrespeitar a natureza é, portanto, ferir o próprio princípio da existência.

Melià (1979), complementa essa compreensão ao afirmar que o território é o espaço do sagrado, da educação e da vida comunitária. A terra é o chão onde se aprende a viver e a celebrar. Através dela, o ser humano desenvolve o sentimento de pertencimento e gratidão. Essa compreensão torna-se visível nas práticas rituais e simbólicas: os povos indígenas realizam cerimônias de agradecimento às florestas, cantos que pedem chuva e pinturas corporais que representam o diálogo entre corpo, espírito e ambiente. Esses gestos reafirmam que a natureza é uma extensão da própria vida, e não uma entidade distante ou abstrata.

Em diferentes culturas indígenas da América Latina, essa ideia de natureza viva assume expressões variadas, mas sempre interligadas por uma mesma visão de pertencimento. Entre os Yanomami, o conceito de urihi representa a “Terra Viva”, dotada de um sopro espiritual que sustenta todas as formas de vida. Já entre os povos andinos, a Pachamama é a Mãe Terra, origem de tudo o que existe e destinatária das oferendas de gratidão e fertilidade. De modo semelhante, entre os Guarani, o princípio de Nhandereko expressa o “modo de ser” que garante a harmonia entre os seres humanos, os animais e o cosmos. Esses exemplos mostram que, apesar das diferenças culturais, existe uma compreensão compartilhada de que o planeta é um ser sagrado e que a vida humana só é possível quando essa relação de respeito é mantida.

Essa compreensão integradora se estende também à relação espiritual com os animais. Para os povos indígenas, os animais são companheiros, mensageiros e ancestrais, dotados de alma e sabedoria. A convivência com eles não se baseia na ideia de poder ou domínio, mas na reciprocidade. Castro (2018), ao apresentar o conceito de perspectivismo ameríndio, explica que cada ser — humano ou não humano — possui espírito e visão própria. A humanidade, portanto, não é exclusividade do homem: o jaguar, a arara, a anta e o peixe também são pessoas em outro corpo, com consciência e linguagem próprias. Essa forma de ver o mundo

implica reconhecer o valor espiritual de cada espécie e a necessidade de viver em equilíbrio com ela.

Krenak (2017), reforça essa ideia ao afirmar que “os outros seres são nossos parentes e participam da mesma vida que nos sustenta”. Assim, caçar, pescar ou coletar não são gestos de poder, mas rituais de equilíbrio. Antes de sair para caçar, o indígena reflete sobre a necessidade da ação e busca não romper o ciclo da abundância natural. Como explica Flores (2003), a sabedoria ancestral ensina que, mesmo diante da fartura, o caçador deve levar apenas o necessário, preservando a continuidade da vida e garantindo o alimento das próximas gerações. O gesto traduz uma pedagogia de respeito e moderação, na qual o futuro da comunidade depende da capacidade de reconhecer os limites do presente.

De modo semelhante Clastres (2014), descreve situações em que o valor da vida é colocado acima de qualquer bem material. Relata que os indígenas seriam capazes de salvar um papagaio de uma cabana em chamas, mesmo que para isso precisassem lançar o ouro da aldeia ao rio. Essa atitude não se trata de heroísmo, mas da expressão de uma ética que considera todas as formas de vida igualmente dignas de cuidado. É uma pedagogia da solidariedade, em que a existência de um pássaro, de um rio ou de uma árvore é reconhecida como parte essencial da vida coletiva.

Clastres (2014), observa que, nas sociedades indígenas, o poder nunca é exercido pela força, mas pela palavra, pelo mito e pelo ritual. Essa mesma lógica se aplica à relação com os animais: não há hierarquia entre as espécies, mas convivência. O animal é visto como mestre e guia espiritual, e sua presença é celebrada em narrativas que explicam a origem da vida e a sabedoria da floresta. Melià (1979), acrescenta que, nas práticas educativas indígenas, os animais são fonte de aprendizado e inspiração. O canto dos pássaros anuncia o tempo das colheitas, o comportamento das formigas indica a chegada das chuvas e o voo das aves ensina o sentido do caminho. Observar os animais é também aprender com o

próprio mundo, num processo em que o conhecimento científico e o espiritual se misturam de forma natural.

Nos mitos e nos rituais, os animais aparecem como irmãos mais antigos da humanidade. São eles que ensinam, curam e comunicam as mensagens da natureza. A caça, quando ocorre, é um ato espiritual, e não de poder: ela renova a aliança entre os mundos visível e invisível. O respeito ao animal é o reconhecimento de que toda vida é interligada e que o equilíbrio do planeta depende dessa convivência sagrada entre todas as espécies.

A espiritualidade que permeia essa relação demonstra uma sabedoria ecológica que a sociedade contemporânea começa apenas a redescobrir. O olhar indígena ensina que a sobrevivência humana está ligada ao reconhecimento de que os animais, assim como as florestas e os rios, são manifestações do mesmo princípio vital. Desse modo, preservar a vida animal é também preservar o espírito da Terra, pois ambos pertencem a uma única rede de existência que sustenta o equilíbrio do mundo.

2.5 A espiritualidade originária dos povos indígenas

A espiritualidade dos povos indígenas expressa uma forma profunda de estar no mundo, marcada pela harmonia com a natureza e pela consciência de que toda forma de vida é sagrada. Diferente das teologias europeias centradas em doutrinas e instituições, a espiritualidade originária é vivida nas ações cotidianas — no plantar, pescar, cantar, caçar e educar —, em permanente diálogo com o cosmos e com todos os seres que habitam a Terra. Trata-se de uma fé que não se separa da existência, pois o sagrado se manifesta em tudo o que vive.

Essa visão encontra fundamento na perspectiva de Mircea Eliade (1992), que reconhece o sagrado como imanente à própria vida. Segundo o autor, nas culturas tradicionais o divino não está restrito a templos ou dogmas, mas presente em cada gesto, em cada ciclo natural, na chuva que cai e no alimento que brota da terra. Assim também ocorre entre os povos indígenas, cuja espiritualidade é vivida

como comunhão constante com o mundo e com o mistério da criação. O sagrado, para eles, não é algo distante, mas a própria força que sustenta o equilíbrio da existência.

A vida espiritual dos povos indígenas baseia-se na reciprocidade e no respeito a todas as formas de vida. O mundo é compreendido como uma rede de relações entre seres humanos e não humanos que se sustentam mutuamente. Entre os Guarani, cada gesto cotidiano envolve oração e gratidão aos espíritos protetores. A caça, por exemplo, é um ato de equilíbrio, não de dominação — o caçador agradece e reconhece o sacrifício do animal, reafirmando a fé que une respeito, harmonia e consciência dos ciclos naturais (Melià, 1979).

Essa espiritualidade é cósmica porque não se restringe ao humano. Ela reconhece a presença do divino no vento, na água, nas montanhas e nos animais. O universo é percebido como um corpo pulsante onde todas as partes estão conectadas. Eliade (1992), descreve essa relação como uma experiência vital em que o sagrado não é compreendido como uma figura distante, mas como uma energia que se manifesta na comunhão com o mundo. O indígena conversa, dança e celebra com o sagrado, pois este não está fora da vida, mas dentro dela.

Rojas (2012), também observa que essa espiritualidade é dinâmica e libertadora, pois propõe uma lógica diferente da racionalidade moderna. Enquanto o pensamento ocidental busca “viver melhor” por meio da acumulação e do controle, o pensamento indígena propõe o “viver bem” — o Sumak Kawsay dos povos andinos —, baseado na harmonia e no equilíbrio com o cosmos. Essa filosofia espiritual não separa fé e política: cuidar da Terra e lutar pelo direito de existir com dignidade são expressões do mesmo princípio sagrado. Trata-se de uma espiritualidade que se opõe ao antropocentrismo e ao consumismo, defendendo o bem comum como extensão da vida espiritual.

Krenak (2017), reencontrar o sagrado é “reencantar o mundo”. Isso significa recuperar o sentido do pertencimento e da comunhão com todas as formas de

existência. A espiritualidade originária convida à escuta do silêncio da floresta, à observação dos ciclos da lua, ao respeito aos rios e às montanhas. Nessa visão, a Terra não é cenário nem propriedade, mas parente e guia. O ser humano não é o centro do universo, mas parte de uma grande rede espiritual que conecta todos os seres vivos.

Essa dimensão também se expressa nas práticas simbólicas e rituais. As danças, os cantos e as pinturas corporais são formas de oração, comunicação e celebração da vida. Cada gesto possui significado espiritual: agradecer, pedir chuva, celebrar a colheita ou homenagear os ancestrais. O corpo, a música e a natureza são instrumentos de fé, que tornam visível o vínculo invisível entre o humano e o divino.

Boff (2017), afirma que a espiritualidade verdadeira nasce do sentimento de pertença à Terra. Nesse sentido, a espiritualidade indígena é uma das expressões mais puras desse pertencimento. Ela ensina que a vida é interdependente e que o cuidado com o outro — seja pessoa, animal ou árvore — é a mais elevada forma de oração. Essa espiritualidade não é estática, mas em movimento constante, como os rios que correm e se renovam.

Wolff (2016), acrescenta que o diálogo mais profundo entre as religiões acontece justamente na dimensão espiritual. As tradições indígenas revelam uma espiritualidade inclusiva e aberta, que ultrapassa fronteiras culturais e religiosas. Em vez de impor doutrinas, ela propõe relações. É uma espiritualidade que se comunica por gestos, sentimentos e vivências — e, por isso, é capaz de dialogar com todas as crenças que buscam a vida, a paz e o equilíbrio.

Assim, a espiritualidade indígena pode ser entendida como uma filosofia cósmica e relacional. Ela rompe com a ideia de um Deus distante e convida à experiência direta com o sagrado que habita a Terra. Seu ensinamento é simples e profundo: viver espiritualmente é viver em harmonia. Essa sabedoria ancestral mostra que a fé não se resume a rituais ou palavras, mas se manifesta no respeito

pela vida, na partilha e na gratidão. Ao reconhecer o sagrado em tudo o que existe, os povos indígenas oferecem à humanidade uma lição urgente de reconexão com a natureza e consigo mesma.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, cujo objetivo é analisar, interpretar e sintetizar perspectivas teóricas sobre a relação entre espiritualidade e natureza na cosmologia dos povos indígenas. A pesquisa bibliográfica, conforme explica Gil (2019), permite o mapeamento e a compreensão crítica de um campo de conhecimento a partir de materiais já publicados, produzindo novas interpretações a partir da leitura sistemática de autores relevantes. Esse tipo de metodologia é adequada quando se busca aprofundar conceitos, analisar discursos e identificar convergências teóricas, como ocorre neste estudo.

O processo metodológico adotado baseou-se na leitura, seleção e análise crítica de obras clássicas e contemporâneas da antropologia, espiritualidade e estudos socioambientais. Entre os autores consultados estão Krenak (2017), Melià (1979), Clastres (2014), Viveiros de Castro (2018), Eliade (1992), Diegues (2023), Boff (2017), Rojas (2012) e Flores (2003), cujas contribuições fundamentam as discussões sobre cosmologia indígena e espiritualidade originária. Os textos foram escolhidos por sua relevância científica e por dialogarem diretamente com o eixo temático do artigo.

Dessa forma, a metodologia bibliográfica permite uma reflexão aprofundada e comparativa, que identifica pontos de convergência entre diferentes autores e evidencia a complexidade da espiritualidade indígena como fundamento ético e cosmológico. Portanto, a metodologia adotada assegura rigor científico à análise, permitindo interpretar de maneira crítica como a literatura descreve as relações entre natureza, espiritualidade e modos de vida originários. Essa abordagem

oferece base sólida para o desenvolvimento das seções posteriores e para a síntese das ideias apresentadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica permitiu identificar padrões conceituais que convergem para uma compreensão ampliada da espiritualidade indígena e de sua relação com a natureza. Os autores estudados revelam que essa espiritualidade não é uma dimensão isolada da vida, mas constitui o eixo fundamental que organiza o pensamento, o comportamento coletivo, o modo de ser e a própria existência dos povos originários.

Os resultados indicam, em primeiro lugar, que a natureza é entendida como um ser vivo e sagrado, dotado de espírito, agência e memória. Essa concepção foi observada nas obras de Krenak (2017), Melià (1979), Clastres (2014) e Viveiros de Castro (2018), que apontam para uma visão de mundo em que a Terra não é objeto, recurso ou paisagem, mas parente, mestre e entidade que participa da vida comunitária. Tal percepção sustenta modos de viver centrados no respeito, na reciprocidade e na corresponsabilidade entre humanos e não humanos.

O estudo também evidenciou que a espiritualidade indígena estrutura-se como uma experiência cotidiana e relacional. Nas análises de Eliade (1992) e Melià (1979), observa-se que a sacralidade atravessa práticas simples, como plantar, colher, preparar alimentos, pescar ou caminhar pela floresta. Esses atos carregam significados que unem corpo, território e cosmos, reforçando a ideia de que viver espiritualmente significa viver em equilíbrio com o ambiente. Esse resultado confirma que, ao contrário das tradições ocidentais institucionalizadas, a espiritualidade indígena se expressa de forma incorporada e comunitária.

Outro resultado relevante diz respeito à compreensão indígena da interdependência entre seres. A literatura destaca que animais, rios, montanhas e ventos não são elementos separados, mas sujeitos que participam da construção do

mundo. Schroeder, Krenak e Viveiros de Castro reforçam, cada qual à sua maneira, que o perspectivismo ameríndio e a cosmologia indígena reconhecem múltiplos pontos de vista que coexistem e se influenciam. Esse achado revela que, para os povos indígenas, não há supremacia humana: o humano é apenas uma das formas possíveis de vida no conjunto do cosmos.

A análise também evidenciou que a espiritualidade atua como base ética das relações sociais e ambientais. Autores como Rojas (2012) e Boff (2017) enfatizam que o “viver bem”, presente em diversas tradições originárias, não corresponde ao acúmulo ou à dominação, mas à busca de harmonia entre todas as formas de existência. Esse princípio espiritual e filosófico orienta práticas de solidariedade, moderação, cuidado com o território e preservação das gerações futuras. A literatura demonstrou que essa ética não se reduz a crenças religiosas, mas constitui uma forma de organização social e política.

Por fim, os resultados mostram que a espiritualidade indígena funciona como resistência cultural e ambiental. A partir das contribuições de Clastres (2014) e Diegues (2023), observa-se que os povos originários mantêm uma relação de continuidade simbólica com a Terra, mesmo após séculos de colonização, violência e expropriação territorial. Essa resistência espiritual garante a transmissão de saberes e sustenta as lutas contemporâneas pela defesa dos territórios e da biodiversidade.

Assim, a análise dos resultados confirma que a espiritualidade indígena é um princípio estruturante que articula território, corpo, comunidade e cosmos. Ela fornece à humanidade uma alternativa epistemológica que contrapõe a racionalidade ocidental baseada no domínio da natureza, oferecendo uma visão relacional, ética e sustentável da vida. Esses achados reforçam a importância de considerar os saberes originários como referência essencial para debates socioambientais contemporâneos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação dos povos indígenas com a natureza, os animais e a espiritualidade revelam uma sabedoria que ultrapassa o campo da crença e se configura como uma verdadeira filosofia de vida. Para essas comunidades, tudo o que existe encontra-se interligado: a terra, o rio, o vento, o ser humano e o espírito. Essa forma de compreender o mundo demonstra que a espiritualidade não é um elemento separado da existência, mas o fundamento que sustenta a vida em harmonia com o cosmos.

Enquanto a sociedade moderna enfrenta os impactos de uma visão utilitarista e fragmentada da natureza, os povos originários preservam a noção de pertencimento e respeito ao ambiente como base para a sobrevivência coletiva. Sua espiritualidade ensina que o planeta é um ser vivo e que cada gesto humano deve ser guiado pela reciprocidade e pela consciência de que a vida se sustenta em rede. A caça, o cultivo, a pesca e até o silêncio são concebidos como atos sagrados, pois reafirmam o vínculo entre o humano e o não humano.

Autores como Krenak, Melià e Viveiros de Castro evidenciam que essa visão não constitui apenas uma herança cultural, mas um modo alternativo — e urgente — de compreender o mundo. Essa perspectiva propõe o “viver bem”, em equilíbrio com os demais seres, em oposição ao “viver melhor” associado à exploração e ao consumo. Essa espiritualidade cósmica e inclusiva, conforme apontam Eliade e Rojas, resgata o sentido da comunhão e da responsabilidade coletiva, desafiando o antropocentrismo que tem conduzido o planeta à exaustão.

Os ensinamentos indígenas mostram que a verdadeira sustentabilidade não depende somente de políticas ambientais, mas de uma transformação espiritual. Torna-se necessário reencantar o mundo, como sugere Krenak, reconhecendo o sagrado em cada forma de vida. Esse reencantamento não se limita ao campo místico: ele se manifesta em atitudes de cuidado, solidariedade e escuta. Cuidar da

terra, respeitar os animais e viver em harmonia com o ambiente é também cuidar da humanidade.

Compreender a espiritualidade indígena significa reconhecer um modo ético e existencial de viver, no qual o sagrado se manifesta nas águas, nos pássaros e na terra que sustenta a vida. A mensagem dos povos originários é simples e profunda: toda forma de vida merece respeito, pois integra o mesmo espírito que mantém o universo.

Resgatar essa sabedoria configura-se como um ato de esperança e resistência. Em um contexto de desumanização e destruição ambiental, os povos indígenas lembram que o futuro da Terra depende da capacidade humana de viver espiritualmente — com harmonia, humildade e gratidão. A espiritualidade originária, mais que uma herança ancestral, constitui um caminho contemporâneo de cura para o planeta e para o próprio ser humano.

6 REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 1312 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023. 221 p.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FLORES, Lúcio Paiva. *Adoradores do sol: reflexões sobre a religiosidade indígena*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. 48 p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

KRENAK, Ailton. . 2017. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 104 p.

MELIÀ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. Volume 2 da Coleção Missão Aberta. São Paulo: Edições Loyola, 1979. 91 p.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROJAS, Marilú. *Espiritualidade: uma atitude perante a vida e seus desafios*. *IHU On-line*, São Leopoldo, 5 out. 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4685-marilu-rojas>.

SUESS, Paulo. *Outro mundo... já existe! Cinco lições dos povos indígenas*. In: VIGIL, José M.; CASALDÁLIGA, Pedro (orgs.). Como deveria ser o “outro mundo possível”: Agenda Latino-Americana Mundial 2004. São Paulo: Loyola, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 152 p.

WOLFF, Elias. *Espiritualidade do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 2016.